

Propostas Período 2020 a 2023

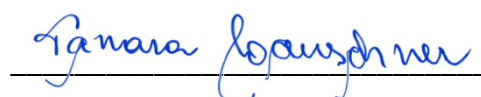
O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) é reconhecidamente um dos principais exemplos de modelos de governança da Internet no mundo e, ao longo de seus 25 anos de atuação, vem trazendo contribuições importantes para o desenvolvimento da Internet no Brasil, pautadas pelos Princípios para a Governança e Uso da Internet, o Decálogo do CGI.br, e tendo como fundamento o multissetorialismo.

Atendendo às exigências da Chamada do Processo de Eleição em 2020, conforme estabelece o item 3.5, inciso VI, seguem minhas propostas como candidata da comunidade científica e tecnológica para o período 2020-2023:

- 1) Manter um diálogo permanente com a comunidade científica e tecnológica, identificando demandas e compartilhando iniciativas e decisões do CGI.br;
- 2) Contribuir e buscar que o CGI.br também tenha um diálogo permanente com as entidades representativas dos seus quatro setores, para que a comunidade nacional forneça subsídios relevantes para a tomada de decisões do pleno do CGI.br;
- 3) Dar encaminhamento às propostas da comunidade no Fórum da Internet no Brasil de 2017, especialmente aquelas relativas ao aumento da participação da sociedade nos processos de discussão e decisão do CGI.br, como, por exemplo, a viabilização de câmaras permanentes para os quatro setores, com participação de entidades interessadas de cada setor. As câmaras, conforme regras a serem estabelecidas, poderão produzir documentos e posicionamentos sobre temas de interesse, além de encaminhar recomendações ao pleno do CGI.br, seja em resposta a demandas feitas pelo pleno, seja por iniciativa de cada câmara;
- 4) Promover consultas públicas, como as organizadas por agências reguladoras e por entidades internacionais de governança da Internet, com prazos e regras bem estabelecidos, para que a comunidade externa ao pleno do CGI.br possa contribuir na formulação e aprovação de posicionamentos técnico-políticos do CGI.br;

- 5) Viabilizar diálogos e iniciativas de pesquisa, desenvolvimento e inovação com as sociedades científicas interessadas. Propiciar, principalmente, a discussão de temas transversais cujo estudo exija abordagens científicas interdisciplinares, como, por exemplo, inclusão digital, privacidade, desinformação e ética na aplicação da tecnologia;
- 6) Propor e apoiar iniciativas do CGI.br no sentido de viabilizar projetos de pesquisa, organização de eventos e publicações da comunidade científica e tecnológica nacional, das múltiplas áreas de conhecimento;
- 7) Acompanhar e participar dos projetos e editais do CGI.br junto à FAPESP no âmbito do convênio com o MCTIC;
- 8) Buscar a melhoria, eficiência e transparência nos processos de discussão do pleno do CGI.br, estabelecendo medidas de natureza regimental. Apoiar iniciativas de modernização da forma de trabalho do pleno do CGI. Por exemplo, definir termos de referência para os Grupos de Trabalhos que sejam objetivos e públicos, estabelecendo escopo, forma de trabalho, resultados esperados e prazos de conclusão;
- 9) Apoio ao fortalecimento e à expansão do conjunto de Pontos de Troca de Tráfego operados diretamente pelo NIC.br no país;
- 10) Propor e apoiar iniciativas para ampliar a participação das mulheres na governança da Internet bem como nas áreas tecnológicas.

Manaus 16 de abril de 2020



Tanara Lauschner

Carta de Motivação da Candidatura

Meu nome é Tanara Lauschner e me apresento ao colégio eleitoral da Comunidade Científica e Tecnológica, homologado no Processo Eleitoral do Comitê Gestor da Internet, como candidata indicada pela Sociedade Brasileira de Computação (SBC) e pelo Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa para, se eleita, atuar como conselheira deste setor no triênio 2020 a 2023. Sou Engenheira Eletricista, Doutora em Informática e docente da Universidade Federal do Amazonas desde 2002, onde atuo como professora, pesquisadora e gestora, dirigindo o Instituto de Computação (IComp/UFAM).

Cheguei ao CGI.br pela porta do terceiro setor, por meio da minha atuação no movimento feminista, o que me trouxe um grande aprendizado. Mas, apesar dessa atuação no movimento social, minha trajetória e dedicação principal estão no campo acadêmico.

Acredito que minha primeira gestão como Conselheira do CGI.br, que finalizo agora, como representante do terceiro setor, me credenciou ainda mais para contribuir com os desafios colocados para a governança da Internet no Brasil. Entre as atividades que desenvolvi durante este primeiro mandato, destacaria a participação na organização e realização do Fórum da Internet que aconteceu em Manaus, em 2019, a coordenação do Programa *Youth* do CGI.br e a participação no Grupo de Trabalho das ações do CGI.br com a FAPESP. Além do envolvimento em reuniões da ICANN e nas demais ações e eventos sobre governança da Internet realizados pelo CGI.br.

Essa experiência acumulada no CGI.br, somada à minha trajetória como pesquisadora e professora da área de computação, me credenciam tecnicamente para uma contribuição efetiva no CGI.br. No entanto, há outros motivos que me levam a aceitar esta tão honrosa indicação.

Destaco, primeiramente, a importância de se ter um(a) conselheiro(a) da comunidade científica de computação no CGI.br. Em um momento onde as questões técnicas eram as mais prementes, esta comunidade, através da SBC, esteve no epicentro da criação da Internet no Brasil. Contribuímos com avanços técnicos e pesquisas científicas que permitiram não apenas a implantação de tecnologias habilitadoras, mas gerando conhecimento para a evolução da Internet.

Ressalto, no entanto, que a Internet vai muito além das fronteiras tecnológicas; seus impactos são visíveis e, de fato, frequentemente influenciam e moldam vários aspectos da

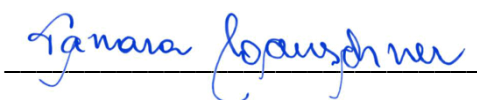
sociedade. Nesse sentido, as questões técnicas não podem ficar à margem das implicações sociais, culturais, educacionais, políticas e econômicas do desenvolvimento e uso da Internet, sempre com base em sólido conhecimento científico e técnico. Creio que estou habilitada para realizar esse diálogo de forma qualificada.

Outro aspecto que é preciso ressaltar é a defesa do acesso à Internet como um direito. Aliás, direito este que, em razão da pandemia da COVID-19, está se tornando cada vez mais perceptível pelo conjunto da sociedade. Discutir políticas públicas e ferramentas que garantam acesso de qualidade para todos os brasileiros, independente da faixa de renda e da região geográfica que vivem, é elemento indispensável para o exercício da cidadania. Digo isso com a maior propriedade, já que venho do Amazonas. A região Norte, e em particular o meu Estado, conta com gargalos de infraestrutura gravíssimos e que precisam ser urgentemente enfrentados.

Para finalizar, considero importante ressaltar que é preciso sempre refletir a respeito da presença das mulheres nos espaços de representação social. Historicamente, o CGI.br, em seus 25 anos, teve apenas três mulheres como representantes da Comunidade Científica, sendo que duas delas quando sequer havia processo eleitoral instaurado. Em 2004, foi eleita, pela primeira e única vez, uma representante feminina na Comunidade Científica e Tecnológica, a Profa. Luci Pirmez.

Espero, com a minha candidatura, poder representar, junto ao CGI.br, os anseios e debates realizados no âmbito da comunidade científica e tecnológica, e promover uma interação transparente e democrática junto aos demais setores, sempre respeitando os princípios elencados no Decálogo da Internet no Brasil e defendendo uma sociedade mais inclusiva e democrática.

Manaus 16 de abril de 2020



Tanara Lauschne